

SCM – SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

» PREÇO DA AUTORIZAÇÃO

O PPDESS - Preço Público devido pelo Direito de Exploração do serviço de Comunicação Multimídia é de R\$9.000,00 (nove mil reais), que pode ser pago em até 3 (três) parcelas semestrais iguais).

FASE I

DA AUTORIZAÇÃO

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO

I - Habilitação jurídica:

- a) qualificação da pretendente, indicando a sua razão social e o nome fantasia quando aplicável, número de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas e o endereço;
- b) qualificação dos diretores ou responsáveis, indicando o nome, registro no cadastro de pessoas físicas e o número de registro geral emitido pela Secretaria de Segurança Pública ou equivalente, endereço, profissão e cargo ocupado na empresa;
- c) ato constitutivo e suas alterações vigentes, ou sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente;
- d) no caso de sociedade por ações, a composição acionária do controle societário e os documentos de eleição de seus administradores, exigência também necessária quando se tratar de sociedade que designe sua diretoria nos moldes das sociedades por ações;
- e) declaração de que não é autorizada a prestar a mesma modalidade de serviço, na mesma área
- f) declaração de que seus sócios controladores não participam, seja direta ou indiretamente de empresas concessionárias do STFC.

II - Qualificação técnica:

- a) registro e quitação da pretendente no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do local de sua sede, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966;
- b) declaração do representante legal da pretendente ou atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho da atividade pertinente, bem como a existência de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da autorização.

III - Qualificação econômico-financeira:

- a) declaração de que a empresa está em boa situação financeira e que não existe contra ela pedido de falência ou concordata expedida.

IV - Regularidade fiscal:

- a) prova da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e, se houver, municipal, relativo à sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da autorização;
- c) prova da regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da pretendente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova da regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IMPORTANTE: Os documentos apresentados devem ser: ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS

ANEXO II

DO PROJETO BÁSICO

Art. 1º O Projeto Básico, elaborado pela pretendente, e que fará parte do termo de autorização, deve conter pelo menos as seguintes informações:

- I - caracterização da área de prestação de serviço, relacionando as localidades geográficas abrangidas e a Unidade da Federação;
- II - âmbito da prestação;
- III - radiofrequências pretendidas e a respectiva polarização, quando for o caso;

- IV - pontos de interconexão previstos;
- V - descrição geral do sistema pretendido, incluindo:
 - a) a indicação dos principais pontos de presença;
 - b) descrição sistêmica indicando os principais blocos constituintes do sistema e suas funções, com diagrama ilustrativo simplificado;
 - c) descrição operacional.
- VI - cronograma de implantação da rede.

IMPORTANTE:

- **Informar se fará uso ou não de Radiofrequência e suas faixas;**
- **Se utilizar equipamentos de Radiocomunicação Restrita, declarar que estarão em conformidade com a Resolução nº 365 de 10/05/04 e Resolução nº 397 de 06/04/05;**

O cronograma deverá conter: a área de prestação do serviço; previsão da data de implantação dos principais pontos de presença com o número de usuários estimado; previsão da data para atendimento do restante da área de prestação do serviço.

FASE II

DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA

ANEXO III

DO PROJETO DE INSTALAÇÃO

Art. 1º O Projeto de Instalação deve conter pelo menos as seguintes informações:

- I - endereço das principais estações;
- II - plantas em escala adequada indicando os limites da área da estação de serviço e a posição das principais estações;
- III - especificações para a conexão de unidades de assinantes à rede de suporte;
- IV - autorização da prefeitura para construção do sistema, quando necessário;
- V - descrição sistêmica indicando os principais blocos constituintes do sistema e suas funções, com diagrama ilustrativo simplificado;
- VI - descrição das facilidades pretendidas de gerenciamento do sistema, do serviço e dos assinantes;
- VII - capacidade pretendida do sistema em termos de número de canais e largura de banda ou taxa de transmissão;
- VIII - padrões de modulação, compressão e codificação pretendidos;
- IX - descrição dos possíveis tipos de unidades de assinantes, suas respectivas funções e características macroscópicas;
- X - parâmetros de qualidade pretendidos;
- XI - aplicações e respectivas formas de oferta do serviço aos assinantes;
- XII - dimensão estimada do mercado potencial para serviço, bem como a penetração pretendida e as possibilidades mercadológicas resultantes;
- XIII - prazo proposto para o início da exploração comercial do serviço, que não poderá ser superior ao disposto no artigo 23 deste Regulamento.
- XIV - alterações introduzidas em relação ao Projeto Básico.

§ 1º Para o disposto no inciso XIV, as alterações efetuadas entre o Projeto Básico e o Projeto de Instalação, bem como alterações posteriores no Projeto de Instalação, devem respeitar as características mínimas estabelecidas no termo de autoatendimento, bem como neste e demais regulamentos aplicáveis.

§ 2º A Anatel poderá eximir a prestadora da apresentação dos itens relacionados no caput, bem como poderá solicitar a inclusão de outras informações.

Art. 2º O resumo do Projeto de Instalação, ao ser apresentado à Anatel, deve ser acompanhado de:

- I - solicitação de análise de Projeto de Instalação;
- II - anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa ao projeto, assinado pelo engenheiro responsável pelo mesmo; e
- III - declaração do engenheiro responsável com subscrição do representante legal da prestadora atestando que a instalação proposta atende aos regulamentos aplicáveis.

IMPORTANTE: A prestadora deverá, num prazo máximo de cento e oitenta dias, a partir

do ato de autorização, entregar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, como condição para emissão de autorização para instalação do sistema.

FASE III

DO LICENCIAMENTO DO SISTEMA

ANEXO IV

DO REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

Art. 1º O requerimento de emissão de Licença para Funcionamento deve ser instruído por:

- I - declaração de profissional habilitado responsável pela instalação de que esta foi executada de acordo com o Projeto de Instalação, os regulamentos e as normas técnicas aplicáveis, acompanhada da respectiva ART, com subscrição do representante legal da prestadora;
- II - laudo de vistoria das instalações, elaborado por órgãos de fiscalização da Anatel ou por responsável técnico, acompanhado da respectiva ART;
- III - contrato de compartilhamento de infra-estrutura devidamente homologado, se for o caso.

IMPORTANTE: Antes de iniciar a exploração comercial do serviço, a prestadora deve solicitar à Anatel a emissão de Licença para Funcionamento da estação (pelo menos 15 dias antes do início da operação comercial).